



# ECONOMIA

*Com vista a melhorar a qualidade da produção*

## UE promete 5 milhões de euros ao sector privado

O financiamento visa dar continuidade ao programa de melhoramento do ambiente de negócios e facilitação do comércio, através da CTA e do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade



Sylvie Tabesse, primeira conselheira da União Europeia em Moçambique

A delegação da União Europeia (UE) em Moçambique anunciou, em Maputo, um apoio de cinco milhões de euros ao sector privado de forma a ajudá-lo a melhorar a sua competitividade internacional. O apoio anunciado sexta-feira última pela primeira conselheira da UE em Moçambique, Sylvie Tabesse, visa ajudar o sector privado, nos próximos três anos, a dispor de medidas necessárias para alcançar uma qualidade de produção que vai de encontro aos padrões internacionais, e, desta forma, melhorar a colocação dos seus produtos num mercado globalizado cada vez mais exigente.

"Os nossos Estados-membros têm que confirmar esse programa. O novo programa é de cinco milhões e o actual, que está a acabar este ano, é de seis, e o que queremos no novo programa é focalizar mais no sector privado, para Moçambique poder enfrentar os desafios do comércio internacional", explicou a conselheira à saída de um seminário sobre os

desafios de Moçambique a nível de participação no comércio internacional.

### OPORTUNIDADES NÃO EXPLORADAS

Segundo Tabesse, o objectivo da UE é de dar continuidade ao programa actual de apoio, através da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ). A conselheira faz um balanço positivo do programa de cooperação com o INNOQ, que já se encontra na fase terminal.

"O INNOQ é uma instituição muito profissional e importante para ajudar Moçambique a enfrentar os desafios para a certificação e normalização, de forma a que tenha acesso aos mercados internacionais e, em particular, europeus", disse Tabesse, referindo-se ao projecto de apoio ao ambiente de negócios e facilitação do comércio em curso no país.

Moçambique goza de acesso pre-

ferencial no mercado da EU, o que, aos olhos da fonte, constitui uma oportunidade que pode ser bem aproveitada, bastando que o país aposte mais na resolução de determinados constrangimentos, alguns dos quais relacionados com os padrões de qualidade. O apoio dado pela UE ao INNOQ, com duração de três anos, é co-financiado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, num valor próximo a um milhão de euros, e está virado às áreas de certificação e metrologia.

O mesmo pensamento é partilhado pelo director do INNOQ, Pedro Siteo, que diz terem sido registados grandes avanços nos anos de cooperação, caso da compra de equipamento necessário para o funcionamento do instituto. ■

### Melhorar a qualidade dos produtos nacionais

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) vão passar a cooperar na normalização e qualidade. Para o efeito, o vice-presidente da CTA para a Antena Regional Sul, Agostinho Vuma, e o director-geral do INNOQ, Alfredo Siteo, assinaram um memorando de entendimento válido por três anos renováveis. Para além da troca de informação entre os dois organismos sobre as normas e técnicas moçambicanas de normalização e qualidade, o memorando prevê acções de formação com vista à capacitação do sector privado nacional.

A CTA vê no memorando uma oportunidade para a melhoria da qualidade dos serviços e produtos que os empresários moçambicanos oferecem, sobretudo tendo em consideração a experiência que o INNOQ tem da cooperação com outros organismos, caso da Organização Internacional Electrotécnica (ISO), para a parte eléctrica, e a CODEX, para a área de produtos alimentares. "O que nós estamos a dizer como sector privado é que, para fazermos valer as nossas expectativas de negócio, temos de continuar a melhorar a qualidade", disse Agostinho Vuma.

### Empresários já previam queda do país no ranking da competitividade

A queda de duas posições de Moçambique no ranking da competitividade global – o país passou da 131ª posição ano passado para 133ª posição, segundo o relatório produzido pelo Fórum Económico Mundial – não surpreende o sector privado nacional, que continua a ver na burocracia um dos principais constrangimentos para a abertura de negócios.

Agostinho Vuma, vice-presidente da CTA para a Antena Regional Sul, disse que "era de esperar, porque o que nós temos vindo a dizer como sector privado é que a melhoria do ambiente de negócios passa por vários factores, e há-de ver que a CTA é o órgão que se preocupa com o 'lobby' para que haja mais reformas".

O relatório recentemente lançado sobre a competitividade global coloca Moçambique de volta à posição 133, a mesma que ocupou em 2009, alegando, dentre alguns factores, os elevados impostos, a falta de infra-estruturas e a burocracia que se coloca na abertura de negócios.

Para a CTA, a revisão em baixa do posicionamento de Moçambique no ranking constitui um desafio à agremiação, que continua apostada na melhoria do ambiente de negócios. "O Fórum Económico Mundial está a dizer que nós precisamos de competir tal como os outros", disse Vuma referindo-se aos constrangimentos que se colocam ao mundo de negócios do país.